



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL

CONCELHO DE BARCELOS

REGULAMENTO GERAL E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL

CAPÍTULO

Disposições Gerais

Artigo 1º

Lei habilitante

1. Em conformidade com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido na Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e mais recentemente pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, tendo em vista o estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei nº 53-E/2006 de 29 de Dezembro), é aprovado o Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças em vigor na União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual.
2. A Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas constitui o Anexo I.

Artigo 2º

Objeto

O disposto no presente Regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as atividades da Junta da União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual no que se refere à prestação concreta de um serviço público e na utilização privada de bens do domínio público e privado da União das Freguesias.

Artigo 3º

Incidência Objetiva

As taxas da União das Freguesias incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade da União das Freguesias, designadamente:

- a) pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de caráter particular;



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

- b) pelas atividades de promoção do desenvolvimento local.

Artigo 4º

Incidência Subjetiva

1. O sujeito ativo da relação jurídico tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas prevista no presente regulamento é a autarquia local titular do direito de exigir aquela prestação.
2. O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos do presente regulamento, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária.
3. Estão sujeitos ao pagamento de taxas das autarquias locais o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

CAPÍTULO II

Taxas

Artigo 5º

Taxas

A Junta União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gueiral cobra taxas:

- a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;
- b) Licenciamento e registo de canídeos e gatídeos;
- c) ocupação/utilização das instalações do Albergue de Peregrinos “O Palhuço”;
- d) Cemitérios;
- e) Outros serviços prestados à comunidade.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

Artigo 6º

Valor

1. O valor a cobrar pela União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual é o constante do anexo II.
2. O valor terá em conta os custos diretos e indiretos e os encargos financeiros a realizar pela União das Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual.

Artigo 7º

Fórmulas de cálculo

As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do Anexo I e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, reprodução).

Artigo 8º

Imposto de selo

As situações geradoras de taxas constantes do Anexo I, acresce o imposto de selo que seja devido nos termos da Lei.

Artigo 9º

Atualização de Valores

A Junta da União das Freguesias, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia da União das Freguesias a atualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económica financeira subjacente ao novo valor.

CAPÍTULO III

Liquidação

Artigo 10º

Liquidação e cobrança de taxas



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

1. Salvo disposição em contrário, o pagamento de Taxas e Licenças será efetuada antes ou no momento, de execução do ato ou serviço a que respeitem.
2. Não pode ser negada a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada garantia idónea.

Artigo 11º

Validade e prazos para pagamento

As licenças ou autorizações terão unicamente a validade que delas constar expressamente, mantendo-se válidas durante o período de tolerância regulamentar, para a sua renovação, caso esta se venha a verificar.

Artigo 12º

Pagamentos

1. A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
2. As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.
3. O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta da União das Freguesias.

Artigo 13º

Incumprimento

1. São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
2. A taxa legal de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fração se o pagamento se fizer posteriormente.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

3. O não pagamento voluntário das dívidas é objeto de cobrança coerciva através de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 14º

Pagamentos em Prestações

1. Compete à Junta da União das Freguesias autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
2. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
3. O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.
4. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

Artigo 15º

Pagamento de Preparos

1. Pode a Junta da União das Freguesias estabelecer, se assim for considerado conveniente, a obrigatoriedade de os requerentes de Atestados ou documentos análogos, Certidões ou Fotocópias, efetuarem a entrega de uma importância como preparo destinado ao pagamento, logo que requerido o serviço.
2. Os preparos podem corresponder ao valor total da taxa ou serem superiores.
3. Caso o valor dos preparos seja superior ao valor da taxa a cobrar o interessado receberá, no ato do levantamento do documento, o excesso entregue.

Artigo 16º



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

Adicionais

Só serão aplicados adicionais a favor do Estado ou de outras entidades sobre Taxas a liquidar quando resultar de disposição legal específica que o determine.

Artigo 17º

Cassação de licenças

As licenças emitidas pela Junta da União das Freguesias para ocupação de via pública, do seu solo ou subsolo do espaço aéreo ou outra; de ocupação de terrado ou feiras e mercados, serão sempre concedidas a tipo precário, podendo ser cassadas a qualquer momento, por razões justificadas por esta Junta da União das Freguesias.

Artigo 18º

Contraordenações

1. Na falta de disposição legal específica, as infrações ao preceituado neste Regulamento e tabela anexa, constituem contraordenação nos termos do art.º 17º Decreto-lei nº 433/82, de 27 de outubro, e demais legislação que o altera, sancionadas com coimas a fixar entre o mínimo de 2,50 euros e o máximo de 2 500,00 euros, cujo produto reverte integralmente para a Junta da União das Freguesias.
2. A negligência é sempre punida.
3. Em caso de dolo os limites mínimos das coimas serão elevados ao dobro.
4. As reincidências serão elevadas ao triplo.

Artigo 19º

Regulamentos específicos

Quando existam ou venham a ser aprovados e postos em execução regulamentos específicos, para uma ou diversas matérias inscritas neste Regulamento e Tabela anexa, passam a vigorar esses dispositivos regulamentares nas partes em que disponham em sentido diferente do aqui estabelecido, considerando-se, portanto, derogados na parte ou partes que contrariarem aqueles.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

Artigo 20º

Isenção do pagamento de taxas

A Junta da União das Freguesias pode isentar do pagamento de taxas, quando solicitado por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, por associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social, cooperativas ou outras entidades e organismos ainda que privados que prossigam na área da Freguesia fins de interesse eminentemente público, ou ainda por deliberação expressa do Executivo da Junta da União das Freguesias.

Artigo 21º

Isenções das taxas dos serviços de secretaria

Os Atestados, Certidões e Declarações em papel timbrado da Junta da União das Freguesias ou impresso próprio, serão isentos quando se destinem a:

- a) Fins Militares
- b) Prova de Vida para efeito de pensão
- c) Rendimento Social de Inserção
- d) Abono de família
- e) Certidões eleitorais
- f) Assistência Médica
- g) Prática de desporto
- h) Todos os Atestados e Confirmações, requeridas pelos estudantes

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 22º

Atualização Anual da Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas

A Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas, que faz parte integrante deste Regulamento, será atualizada anualmente, produzindo efeitos no 1º dia útil do mês de janeiro.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

Artigo 23º

Garantias

1. Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
2. A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta da União das Freguesias, no prazo de 30 dias, a contar da notificação da liquidação.
3. A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
4. Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
5. A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.

Artigo 24º

Legislação Subsidiária

Em tudo quanto não tiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis, sucessivamente:

- a) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- b) O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) O Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo;
- i) O Código Civil e o Código de Processo Civil.

Artigo 25º

Entrada em vigor



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL, PEDRA FURADA E GUERAL CONCELHO DE BARCELOS

A Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas anexa a este Regulamento, entra em vigor após a sua publicação em Diário da República.



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL,
PEDRA FURADA E GUERAL
CONCELHO DE BARCELOS**

ANEXO II

I - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONCESSÃO DE DOCUMENTOS	Valor Taxa
Vida	2,00 € (dois euros)
União de Facto	5,00 € (cinco euros)
Residência	2,00 € (dois euros)
Agregado Familiar	2,00 € (dois euros)
Situação Económica	0,00 € (zero euros)
Atestados e declarações a não recenseados	5,00 € (cinco euros)

II - CERTIFICAÇÃO DE FOTOCÓPIAS	Valor Taxa
Por cada conferência e extrato até quatro páginas, inclusive	10,00 € (dez euros)
A partir da quinta página, por cada página a mais	2,50 € (dois euros e cinquenta cêntimos)

III - FORNECIMENTO DE FOTOCÓPIAS	Valor Taxa
Por cada fotocópia A4	0,25 € (vinte e cinco cêntimos)
Por cada fotocópia A4, frente e verso	0,50 € (cinquenta cêntimos)

- i. O pagamento das taxas podem ser isentados, mediante deliberação (anual) expressa do Executivo da Junta de Freguesia.
- ii. As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do anexo I e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vh + (ct/N)$$



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL,
PEDRA FURADA E GUERAL
CONCELHO DE BARCELOS**

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;

ct: custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.);

N: nº de habitantes da Freguesia

- iii. As taxas de certificação de fotocópias que constam da tabela n.º 2 e têm por base o estipulado no Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados.
- iv. Às taxas indicadas na tabela n.º 1 acresce uma taxa de urgência, para a emissão no prazo de 24 horas, de 3,50 € (três euros e cinquenta cêntimos).
- v. As taxas previstas na tabela n.º 1 são atualizadas anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.
- vi. As taxas previstas na tabela n.º 3 têm por base os valores praticados pelos Serviços de Registo e Notariado e CTT, por um princípio de dignidade dos atos administrativos concorrencialmente praticados com aqueles serviços.
- vii. Estão isentas de qualquer pagamento as fotocópias indispensáveis ao ato administrativo.

IV - ALBERGUE DE PEREGRINOS O PALHUÇO	Valor Taxa
A utilização (por dia) do Albergue para pernoitar e/ou o uso de qualquer um dos seus serviços e Instalações.	10,00 € (dez euros)

V – CEMITÉRIO	Valor Taxa
<u>Concessão de terrenos</u>	
Concessão de sepulturas com fundações	1.000,00 € (mil euros)
Concessão de sepulturas sem fundações	700,00 € (setecentos euros)
<u>Inumação</u>	
Sepultura	200,00 € (duzentos euros)



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL,
PEDRA FURADA E GUERAL
CONCELHO DE BARCELOS**

Capela	200,00 € (duzentos euros)
<u>Exumação</u>	
Exumação Sepultura / Capela	200,00 € (duzentos euros)
Exumação e limpeza de ossadas	250,00 € (duzentos e cinquenta euros)
<u>Transladação</u>	
Transladação	400,00 € (quatrocentos euros)
Averbamento em alvarás e 2.ª vias/cada	15,00 € (quinze euros)

- i. As taxas pagas pela concessão de terreno, têm como base de cálculo a seguinte fórmula:
- $$TCTC = a \times i \times ct + d$$
- onde
- a: área do terreno (m²);
- i: Percentagem a aplicar tendo em conta o espaço ocupado;
- ct: custo total necessário para a prestação de serviço;
- d: Critério de desincentivo à compra de terrenos.
- ii. Os valores previstos no nº 1 são atualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.

VI - REGISTO DE CANÍDEOS E GATIDEOS	Valor Taxa
Registo	2,00 (dois euros)
Licenças	
Categoria A (cão de companhia)	5,00 € (cinco euros)
Categoria B (cão com fins económicos – de guarda)	5,00 € (cinco euros)
Categoria E (cão de caça)	5,00 € (cinco euros)
Categoria G (cão potencialmente perigoso)	10,00 € (dez euros)
Categoria H (cão perigoso)	15,00 € (quinze euros)
Categoria I (gato)	5,00 € (cinco euros)



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHORENTE, GÓIOS, COUREL,
PEDRA FURADA E GUERAL
CONCELHO DE BARCELOS**

Acréscimo – Cadela não esterilizada	3,50 € (três euros e cinquenta cêntimos)
-------------------------------------	--

Ficam isentos do pagamento de taxas, enquanto conservem essa qualidade:

- i. Cães-guia e de guarda de estabelecimentos do Estado, corpos administrativos, organismos de beneficência e de utilidade pública;
- ii. Os canídeos e felídeos adotados nos centros de recolha oficial de animais e/ou através das associações de proteção animal;
- iii. Cães que se encontrem recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais;
- iv. Isenção de pagamento de taxas para canídeo ou Gatídeo que constituam benefício terapêutico, desde que apresente declaração médica que o justifique;
- v. Cães detidos por outras entidades públicas no quadro de políticas de sensibilização ou de educação para o bem-estar animal;
- vi. Ficam igualmente isentos do pagamento de taxa os titulares de canídeos em situação de insuficiência económica;
- vii. A isenção de taxa não escusa a obrigatoriedade de licenciamento anual conforme estabelecido por lei.

A taxa devida pelo registo e licenciamento de canídeos é aprovada pela Assembleia da União das Freguesias e cobrada pela respetiva Junta da União das Freguesias, devendo ter por referência o valor da taxa N de profilaxia médica para esse ano, não podendo em regra exceder o triplo daquele valor e variando de acordo com a categoria do animal. O valor da taxa N de profilaxia médica é de 5,00 € (cinco euros).